



Educação, cultura política e pedagogia: O caso do Padre Martins Júnior¹

Education, political culture, and pedagogy: The case of Father Martins Júnior

[10.29073/naus.v9i2.1153](#)

Recebido: 10 de abril de 2026.

Aprovado: 13 de julho de 2026.

Publicado: XX de mês de 20XX.

Autor/a: Raquel Varela , Universidade NOVA de Lisboa, Portugal, raquelvarela@fcsh.unl.pt.

Resumo

Neste artigo traçamos o lugar da educação na vida e obra do Padre José Martins Júnior e o seu legado, através de narrativa biográfica. O objetivo é — através de investigação de fontes e testemunhos — elencar a sua subjetividade singular, que se concentra na educação e cultura como pedagogia da política, como esfera pública e democrática. Ressoa na sua vida o princípio gramsciano “todos os homens são filósofos” porque toda a sua militância assentava na centralidade da política, mas vivida como não separação entre produtores e consumidores, trabalho intelectual e manual, dirigentes e dirigidos, numa visão omnilateral da humanidade, em direção à emancipação.

Palavras-Chave: Educação; José Martins Júnior; Madeira; Revolução dos Cravos.

Abstract

This article examines the role of education in the life, work, and legacy of Father José Martins Junior, through biographic narrative. The goal is—through the investigation of sources and testimonies—to outline their unique subjectivity, which centers on education and culture as forms of political pedagogy and as foundations of a democratic public sphere. The Gramscian principle that “all people are philosophers” resonates throughout his life and activism, which were grounded in the centrality of politics understood not as a separate domain but as a practice that overcomes divisions between producers and consumers, intellectual and manual labour, leaders and those they lead. His vision of humanity was fundamentally holistic, oriented towards emancipation and the full development of human potential.

Keywords: Carnation Revolution; Education; José Martins Junior; Madeira.

Viva a alegria do povo
Que é alegria verdadeira
As uvas dão vinho novo
Vinho novo da Madeira
A uva nasce da terra
Da Luta do Lavrador
Da uva se faz vinho
Para a mesa do Senhor
O povo está amargurado
Está morto de trabalhar
Temos vivido espremidos
Como as uvas no lagar

Cancioneiro da Ribeira Seca

¹ Este artigo é inspirado na investigação e escrita de *O Canto do Melro*, de Raquel Varela, Lisboa, Bertrand, 2024, o artigo é uma versão editada, e só são referenciadas as partes reais do livro (trata-se de um romance histórico).

Introdução

“Quando fui professor no seminário, decidimos entre todos que, uma hora e meia por dia, os estudantes teriam de ler e estudar no salão, sem interromper, nem sequer para irem à casa de banho. Fossem antes. Estávamos numa dessas sessões quando reparei que um aluno não saía da mesma página. Dei a volta à sala, outra volta, e até ao fim daquela hora e meia nunca mudou de página. «Queres irritar-me?», pensei eu. Mas nada lhe disse.

No fim, veio ter comigo:

— O que se passou? — perguntei-lhe.

— Não disse nada no salão para não interromper o silêncio, Sr. Padre. Mas, meia hora antes do nosso estudo ligaram-me de Câmara de Lobos. Tinha morrido a minha mãe.

— Ganhei um amigo para toda a vida naquele aluno — contou o Padre Martins. — Não reagir sem pensar, domar o ímpeto, perguntar sempre porquê.” (Varela, 2024, p. 60).

Esta história — verídica — resume a vida e obra do padre Martins como pedagogo. Neste artigo traçamos o lugar da educação na vida e obra do Padre José Martins Júnior e o seu legado. A sua subjetividade é singular e concentra-se na educação e cultura como pedagogia da política, como esfera pública e democrática. Ressoa na sua vida o princípio gramsciano “todos os homens são filósofos” (Gramsci, 2026) porque toda a sua militância política assentava na não separação entre produtores e consumidores, trabalho intelectual e manual (Paixão, 2018), numa visão omnilateral da humanidade. Estamos perante um intelectual nacional-popular (Alencar, 2017) — também aqui emprestamos de Gramsci esta noção — ou seja, um agente cultural e político, das classes subalternas que procura construir uma nova hegemonia, para uma civilização moderna superior (Gramsci, 1982).

José Martins Júnior, conhecido também como Padre Martins Júnior, Zeca ou Padre Vermelho, nasceu na Vila de Machico em 1938. De uma família pobre, filho de Maria dos Anjos Calaça e do pescador José Martins, ingressou no Seminário Diocesano do Funchal em 1950. Numa sociedade de altas taxas de analfabetismo para as classes trabalhadoras, uma das únicas oportunidades de acesso à educação dos madeirenses era através do Seminário.

O pai, José Martins, pescador, encarregado da venda do pescado aos retalhistas nas lotas de Machico e do Funchal, caixeiro da embarcação *Centauro*. A mãe, Maria dos Anjos, além dos serviços domésticos, era bordadeira — fazia-o, como tantas, à luz de um velho candeeiro a petróleo até de madrugada, para amealhar algum pecúlio que permitisse pôr os filhos a estudar. Uma certa pequena burguesia rural, que vivia na freguesia, senhores e senhorios da vila, não escondia uma ponta de inveja por ver os filhos de um pescador e de uma doméstica ultrapassar os meninos e meninas das “famílias de bem”. O João, o mais velho, juiz do Supremo em Maputo; José, padre e professor; Magda, enfermeira; António José, administrativo; Luís, formado em Direito na Universidade de Coimbra; Miguel, advogado e Bernardo, professor e doutorado em história.

O contrato de colónia é específico da Região Autónoma da Madeira. Dura até, *de facto*, 1974, (oficialmente é abolido pelo Decreto Regional 13/77/M, aprovado em 1977), e a sua origem é consuetudinária, é uma excrescência feudal — quando os senhores começaram a largar as terras que pertenciam aos antigos capitães donatários, e foram para as vilas costeiras, ficavam proprietários do terreno — eram os senhorios — e davam a cultivar a terra ao colono, assim chamado, que era obrigado a dar em regra metade do que produzia ao senhor. Este sistema impunha uma situação de miséria ainda pior do que a vivida no Continente (Pereira, Varela, 2017), o senhorio recebia até pelos metros de terreno que a casota de palhota ocupava, não permitia aos colonos alargar a casa (para não ter que os indemnizar por isso), e tinham uma relação privilegiada com o poder e a repressão institucional:

“«Se não tens, vai roubar!» lembra-se Martins de ter ouvido de um senhorio ao caseiro Manuel Franco. Se o caseiro criasse um porco no chiqueiro, quando o matasse na festa, a parte melhor, a papada, a mais saborosa,

era cortada integralmente e levada ao senhorio. A pena por negar-se a fazê-lo podia ser a prisão. “ (Varela, 2024, p. 107).

As Teixeira tinham caseiros que faziam chegar a casa alimento em quantidade, linha divisória dos Martins com o resto da vila. Eles eram os que comiam bem, nunca passaram fome, tinham acesso a proteína, peixe nunca faltou. A mãe assegurou também que Martins Júnior andasse sempre calçado.

A música era paixão antiga de José Martins. Começara a cantar em criança, na igreja de Machico. Solfejo aprendera no seminário, onde havia grandes professores de música, um deles formado na Universidade Gregoriana em Roma. Tinha alma de poeta, ouvido de tísico e amor ao género humano. A ciência, a literatura e a poesia lhe abriam a janela da humanidade, e foi por isso que aderiu a esta forma de pedagogia libertadora — com uma sanfona na mão, um acordeão, refazer a bíblia para criar cidadãos plenos de direitos e voz própria, conhecedores da língua, da poesia — criou saraus de poesia, leituras públicas — do teatro, fundou grupos no seminário, ainda estudante, na Ribeira Seca, e antes no Porto Santo. Do princípio educador vinha a ideia de auto criação — era a população que escrevia as letras, das músicas, da poesia, e ele ajudava a compor a história, a melodia, e todos juntos construíram os cenários, a apresentação — fazer aprendendo, aprendendo a fazer.

Uma Vida de Estudo e Ensino, um Pedagogo Exemplar

Todos os anos, no Dia de São Tomás de Aquino, era feriado no Seminário da Encarnação, para onde Martins tinha ido estudar, e onde passou a juventude. Celebrava-se o dia do curso de Filosofia. O reitor era o bispo D. António Manuel Pereira Ribeiro. Nesse Dia de São Tomás de Aquino, patrono dos filósofos e poeta autor da liturgia do *Corpus Christi*, Martins discursou em nome da sua turma e citou Fernando Pessoa: «o binómio de Newton é tão belo como a Vénus de Milo, mas há pouca gente a dar por isso». No dia seguinte, foi chamado ao professor responsável. Recordo o próprio Martins a conversa com o Reitor:

“— Ó Martins, o bispo veio perguntar-me quem era aquele rapaz que citou Fernando Pessoa e a Vénus de Milo. Aconselhou-me a ter cuidado consigo.

— Porque havemos de ter vergonha de falar daquilo que Deus não teve vergonha de criar? — respondeu Martins a pensar na beleza de Vénus.” (Varela, 2024, p.65).

No seminário havia tertúlias. Martins levava a sua análise de Graham Greene, de Morris West, *As Sandálias do Pescador*, *O Advogado do Diabo*, François Mauriac, *Le Nœud de Vipères*.

Em 1955 terminou o curso de Humanidades e continuou nos cursos de Filosofia e Teologia, concluindo-os em 1962, foi o melhor aluno. Como só tinha 23 anos de idade, os cânones da igreja não permitiram a sua ordenação — precisou pedir dispensa canónica directa de Roma. É ordenado presbítero pelo Bispo Franciscano D. David de Souza e começa a lecionar no Seminário Menor em 1962.

Este ano vai ser marcante, realiza um famoso discurso-sermão na Sé do Funchal, a convite da Delegação da Sociedade de Geografia de Portugal, organizadora das celebrações patrióticas do 1º de Dezembro, quando pronuncia a frase “— Os maiores criminosos — disse Martins do histórico púlpito da catedral, evocando a narrativa Samaritana — não estão nas cadeias. Jesus não precisa de adoradores que venham ajoelhar-se em fofas almofadas vermelhas” (AAVV, 2012, p. 59).

No ano de 1963 foi enviado, por isso, de castigo para o Porto Santo e passa a paroquiar na Igreja do Espírito Santo. Mal chega, funda o Grupo de Folclore do Porto Santo, faz peças de teatro, alfabetizou, atrás do seu acordeão, a população enfrentou a polícia política. Ainda hoje o grupo folclórico canta músicas por si criadas na década de 1960.

Era o ano de 1965, quando Martins regressou à ilha da Madeira para desempenhar funções de coadjutor da Catedral do Funchal. Por lá ficaria dois anos. Foi assistente religioso, padre da Juventude Independente Católica. Formou o grupo coral. Executavam *a cappella*, sem instrumentos musicais. Sopranos, contraltos, barítonos,

baixos e tenores. Cantaram em público o *Aleluia* de Händel, peça difícil pela sua transição harmónica delicadíssima. Mas conseguiram.

Fizeram uma peça de teatro, *Vamos Procurá-lo*. A peça, escrita por Martins, retratava a juventude marginalizada no Funchal, os que viviam debaixo das pontes. Era a história de um rapaz que, na infância e adolescência, roubava. Um drama inspirado nas crianças de Câmara de Lobos, enclive miserável e violento na ilha, que tinham de ir mendigar para o Funchal para levarem dinheiro para a família. Representaram-na na Escola Industrial e Comercial do Funchal, que tinha um grande anfiteatro. Condenado à morte, algemado, quando perguntam a última vontade ao ladrão, ele grita: «Arranquem a língua àquela mulher!» — era a mãe dele — «A senhora sabia que eu roubava coisas e nada fez para me parar! É por sua causa que estou aqui!»

O Reitor admoestou-o. Achou desadequado o tema.

Assistente religioso dos Escuteiros Marítimos nesses dois anos, foi nomeado pelo papa Paulo VI para o *Apostolatus Maris*, na Madeira.

Em 1967 é enviado para a Guerra Colonial, em Moçambique, e cumpre a função de capelão militar, fez questão de afirmar até ao resto da vida que tinha sido a sua maior mancha. De Lisboa para Luanda e de Luanda para Moçambique seguiram-se oito dias e oito noites até Lourenço Marques, capital de Moçambique, atual Maputo. A bordo, o capelão militar, Padre Martins, despamentou-se antes de celebrar a missa. O navio transportava uns dois mil homens:

“Queria demonstrar que o capelão estava solidário, não com a guerra, mas com o drama daqueles homens forçados a deixar a sua pátria, a sua família, sem saberem se um dia voltariam. Eu era mais um, igual a eles.” (Varela, 2024, p. 84).

Em África, ensina os macondes a ler, e aprendeu ele mesmo a língua desta etnia, compreendeu que a religião era usada como justificação de uma guerra injusta, um morticínio que teve a infelicidade, nunca o esquecerá, de assistir.

Ensaçou teatro no teatro da guerra. Nas palavras de Álvaro Laborinho Lúcio “quem conhece o povo sabe da sua atávica ligação ao teatro. Sabiam-no, entre muitos outros, Lope de Vega, e por isso escreveu Fuenteovejuna, Bertold Brecht, e escreveu Mãe coragem, e sabia-o bem o Padre Martins. O que jamais seria, sem ele, imaginável, era a representação de A visita da velha senhora, de F. Durenmatt, que, com absoluta estranheza, encenou em Macuba, na Zambézia, com civis e militares. Ali, para onde fora atirado como capelão militar pelo bispo João Saraiva, «Com a viola ao ombro a substituir a espingarda e ao som da música [...] uniu jovens, criou um grupo orfeónico». Ora, com a mesma estranheza, iniciativas semelhantes espalhou depois por Ribeira Seca.” (Lúcio, 2025, p. 185). Nunca deixou de lutar, desde então, contra a guerra e educar os seus paroquianos a organizarem-se politicamente contra a opressão.

Abolir a Confissão, Festa do Perdão

Regressa à Madeira em 1969 onde é nomeado pároco da recém-criada paróquia da Ribeira Seca — uma das partes mais pobres de Machico. Aí incentivou um amplo movimento que se difundiu e agregou trabalhadores e o povo da região. «Em março de 1969 cheguei de uma África, e em 22 de junho do mesmo ano cá numa segunda África» dirá Martins. (Varela, 2024, p. 95).

Nas vésperas do 25 de Abril de 1974, «o dia inicial, inteiro e limpo», a Madeira tinha catorze portos, nenhum com infraestrutura segura; seiscentos e quarenta barcos, só noventa e dois com motor e nenhum tinha frigorífico; 75 % da população não tinha casa de banho, mas as piscinas dos hotéis tinham água azul; havia uma escola pública e cinco colégios privados; 30 % da terra estava em regime de colónia.

Atribuíram-lhe a paróquia da Ribeira Seca, população onde poucos se aventuravam e que nenhum padre queria ter. O sol nascia atrás da Ponta de São Lourenço.

A paróquia era uma espécie de castigo por ser um indivíduo «duvidoso» aos olhos da hierarquia religiosa. O primeiro embate foi deparar-se com um submundo onde mais de três mil pessoas viviam em condições infra-humanas, sem água potável, sem estrada e sem luz elétrica e, ainda por cima, exploradas pelo leonino contrato da colônia. A escola era um velho pardieiro, por cima do estábulo de dois bovinos, sem higiene nem casa de banho, e onde amiúde a professora parava de falar quando o boi mugia.

Quando foi colocado em Porto Santo e na Ribeira Seca o princípio era que longe da cultura erudita e do pensamento crítico, sucumbiria, deixando o vazio aberto ao obscurantismo. Considerava que o campo podia ser uma prisão, “há uma certa mitificação do passado rural” — asseverava Martins. — «A minha prisão é um reino», escreveu Gilbert Cesbron no seu romance sobre os padres operários *Les Saints vont en Enfer*, que Martins citava. Daí a insistência na melhoria das condições de saúde, habitação, educação. Recordava entre o “pensamento mágico” propagado pela pobreza que quando uma criança morria, diziam «está mais um anjinho no céu», «Menos uma boca para comer», dizia uma. «Ditosa mãe que tem um filho no céu! Morreu novo, sem pecados!». Depois da morte, velava-se o cadáver da criança jogando toda a noite ao Sapatinho, um jogo popular na Madeira em que os participantes se sentavam em roda, no chão, passando de mão em mão, às escondidas, por debaixo das pernas abertas e com os joelhos ligeiramente levantados, um sapato velho; o jogador ao centro tinha de encontrar debaixo de que pernas estava o sapatinho. Nos intervalos comiam e bebiam por oferecerem mais um anjo a Deus. Nas vésperas do 25 de Abril de 1974, havia na ilha 140 médicos e 1 hospital, 92 padres e 102 paróquias. Quando foi chamado a dar a extrema unção a Rosa Perestrelo Noia, morta no parto de gémeos, Martins decidiu que com os óleos de benzer levava o seu papel de educador e dirigente político — “o meu papel era outro, era abrir-lhes os olhos, era educar. Eles perceberam, na Revolução, que a Rosa precisava de um médico, não de um padre. A não ser que o padre fosse médico!”. (Varela, 2024, p. 41).

As casas dos colonos eram como pequenas peças de xadrez, salpicadas numa ruralidade profunda, no vale de Machico. As levadas, sistema hidráulico do século XV, consistiam numa rede de canais que captavam a água no alto da montanha, onde nada se cultivava, e a transportavam até ao campo, cá mais em baixo. Este sistema era parte da explicação do atraso económico daqui. É impossível mecanizar estes poios, aplicar qualquer técnica agrícola moderna. O capitalismo avançado não entrou nos campos. Até 1974 subsistiu este regime feudal de colônia. Um caso raro, se não único, em toda a Europa. Um atraso profundo.

“—Eu comecei a falar com as pessoas que iam à missa. Era uma penúria absoluta: a luz, de noite, era para regar o terreno, não havia reservatório de águas para armazená-las, era conforme o giro da água da levada. Cada qual tinha algum tempo, quinze minutos, por exemplo: eram as penas de água, atribuídas ao caseiro e ao lavrador. A superstição grassava nesse cenário das levadas, onde se dizia que apareciam feiticeiras, bruxas. Os que habitavam mais abaixo eram os que mais falavam das bruxas da serra, consoante o trajeto da levada, «olha as feiticeiras lá em cima». Depois da luz elétrica e dos reservatórios de água, comentavam as pessoas, «nunca mais houve feiticeiras». (Varela, 2024, p. 35).

Nesse tempo, não havia na Ribeira Seca nem tunas nem folclore, e poucos tocavam instrumentos. Quando ele chegou, levou consigo a música e garantiu que as músicas eram escritas pelo povo da Ribeira Seca e refletiam os temas do seu quotidiano e subjetividade. Quando lhe apresentaram a proposta de música «foi na vila de Machico que nasceu esta flor, o Sr. Padre Martins para ser o nosso pastor», exortou-os a “nas romagens, cantarem coisas da vossa vida, as vossas necessidades e anseios!”. (Varela, 2024, p. 97).

Nasceu assim a inspiração dos poetas locais, sobretudo mulheres, como Egídia, Violante, Encarnação, Josefina, Virgínia, Júlia e Lurdes, todas domésticas, profissão que abarcava um labor árduo na lida da casa, no bordado e na lavoura, lutadoras também pelas causas comuns à população, “autênticas Joanas d’Arc da Ribeira Seca”, considerava Martins. Isto deu azo a uma torrente de produção literária, que vai ser parte do cancionero da Ribeira Seca, cantado nas romarias, festas, peças de teatro, bailes, tunas, e gravado em disco.

Os temas, entusiasmados pelo jovem padre, eram a necessidade de água potável: *a senhora do amparo já está muito magoada, de ver os paroquianos beber água da levada*. Ou as ajudas da Câmara — de *Santíssimo Sacramento batemos à vossa porta, valei à nossa miséria já que a Câmara não se importa*.

O princípio educativo de autonomia levou-o a abolir a confissão, uma poderosa ferramenta de medo durante a ditadura do Estado Novo. “Se eu aceitasse a confissão, ficava a conhecer a intimidade desta gente, os seus segredos. Que poder que isso me dava sobre elas! Nunca!”, afirmou. (Varela, 2024, p. 51).

As missas foram transformadas num espaço educativo. Se nas outras paróquias, lúgubres, com a imagem do Cristo crucificado e ensanguentado, se «convocavam todos os homens, dispersos pelo pecado, para a unidade da sua família que é a Igreja», à entrada da igreja da Ribeira Seca, depois da chega do Padre Martins a este lugar, ia chegando a tuna de bandolins, o povo atrás, cantando, numa alegria em que os corpos dançavam: «São os dias da semana, cada qual sua canseira, mas, em chegando ao domingo, junta-se a família inteira». Martins esclarecia os participantes no cortejo, que este dia era a “festa triunfal do poder popular”. — “Não fora o povo de Jerusalém e províncias vizinhas e nunca haveria Domingo de Ramos”, vaticinava. — “Recorri a Mateus, a Isaías, à Bíblia. Até que as pessoas concluíam que a confissão não fazia sentido. Aprendi com elas.”. (Varela, 2024, p. 59).

Era paciente com as pessoas, mas evitava ser paternalista. Usava da imaginação para dialogar.

No *Confiteor*, que sucede à saudação inicial e no qual se reza «Confesso... que pequei muitas vezes...», dizia Martins, numa igreja onde as estátuas de Jesus crucificado em sofrimento tinham sido substituídas por hortênsias lilases e brancas e instrumentos musicais, «Confesso... que errei muitas vezes...». O vocábulo *pequei* — acreditava o Padre Martins — tem “uma carga semântica exclusiva, vertical, que nos manda pedir perdão a Deus. Já dizer *errei* faz uma relação horizontal entre agressor e agredido. Rigorosamente, a Deus nenhum de nós ofende. Ofendemos, sim, prejudicando-nos uns aos outros. Claro que era mais cómodo pedir perdão a Deus do que ao vizinho ao pé da porta, ao colega de trabalho, reconhecer o erro, a ofensa, o roubo”. (Varela, 2024, p. 52).

Parte central da educação estava no resgate da memória dos lavradores, caseiros, trabalhadores, bordadeiras. As músicas e a poesia, o teatro e as festas, evocam as revoltas da farinha e do leite na década de 1930 contra a monopolização económica (a lei do condicionamento industrial do Estado Novo), protagonizada pelos camponeses; a revolta de 1936 contra o «monopólio do leite», que permitiu, depois de derrotada militarmente pelo exército de Oliveira Salazar, que o grupo Burnay e Martins Rebelo, passassem a fixar o preço.

Entre os presos estava o Padre Teixeira da Fonte, pároco do Faial, no nordeste da ilha, que foi transferido para o «Forno do Lazareto», como era conhecida a prisão do Funchal, um subterrâneo minúsculo sem arejamento, partilhado por mais de cem homens. Esteve lá onze meses sem direito a defesa.

Da sua pedagogia fazia parte a escuta atenta do outro — alteridade. Nunca recebeu dinheiro por realizar qualquer cerimónia religiosa. Recusava ouvir confissões. «Não meto cunhas a Deus», explicava com humor aos paroquianos.

O Brasil e a Teologia da Libertação

Na Igreja sopravam os ventos da teologia da libertação, mais precisamente do cristianismo de libertação, uma releitura dos Evangelhos, ao lado dos pobres, juntando uma ideologia anticapitalista, com uma pedagogia libertadora, uma religião em defesa dos oprimidos (Lowy, 2016). Martins foi ao Brasil em 1972 a convite de uma família da Ribeira Seca emigrada, que o nomeou como tutor de uma filha de seis anos, aluna de uma escola de Educação Especial em Lisboa.

Para o Padre Martins era o desejo de conhecer clérigos brasileiros promotores da teologia da libertação, entre os quais o arcebispo de Olinda e Recife, Hélder da Câmara.



“A expectativa consumou-se. Mas antes disso, pedi audiência ao cardeal do Rio de Janeiro, Paulo Evaristo Arns, que me recebeu como um pai recebe um filho, com simpatia, emoção e, sobretudo, atenção às minhas palavras. Por lá, denotei logo de início que estava diante de um pastor atento ao seu rebanho, intimamente sensível aos problemas do seu povo e de contacto familiar, solidário com os seus padres. Tão diverso das senhorias episcopais da ilha e do trato sobranceiro dos bispos lusos”.

Vouou para Olinda e Recife, onde foi recebido em audiência particular pelo bispo vermelho, como era então classificado por parte da elite política e financeira não só do Brasil, mas também do estrangeiro.

“— Lá dentro, recebeu-me o arcebispo Hélder da Câmara na sua sala de trabalho. Falou-me da ditadura militar vigente, da perseguição aos bispos e aos padres contestatários do regime, dissertou sobre as políticas imperialistas do Pentágono, dos EUA. Convidou-me a permanecer toda a tarde e até à noite, porque era o dia 7 de setembro, o Dia Nacional do Brasil, e haveria espetáculo no recinto”.

O edifício do Paço assemelhava-se a uma construção palaciana, tipologia colonial. Mas D. Hélder não vivia lá. Tinha-o cedido aos diversos movimentos e organizações culturais e sociais da diocese e foi habitar uma casa rasteira numa rua da periferia.

“— Havia uma escada em frente do edifício, encimada por um patim largo, que servia de palco ao desfile e exibição dos muitos grupos etários, música, bailados, folclore, poemas, intervenções. Hélder da Câmara sentava-se num cadeirão ao lado do palco. E de repente vi-o descer os degraus da escada em direção a um homem de tez escura, alto, de chapéu largo na cabeça. Era um velhote. Pega-o pelo braço, fá-lo subir as escadas, senta-o no cadeirão e ali ficou de pé, ao lado do idoso, durante mais de duas horas. No encerramento da sessão comemorativa do Dia da Independência, Hélder da Câmara, um corpinho breve, magro e pequeno, parece agigantar-se e, numa voz clara, vibrante, exalta os valores do povo brasileiro, apela à manutenção dos mesmos valores. E remata com esta corajosa apóstrofe aos militares da ditadura: «Eles dizem por aí que eu não quero o progresso do Brasil. Falácia! Eu quero o progresso do meu país, mas com os brasileiros, pelos brasileiros e para os brasileiros. Essa é a diferença.»”.

Martins ouvira falar de um bispo revolucionário que tinha sido denunciado aos tribunais em três processos judiciais. E lá foi a Volta Redonda, a cidade do aço, assim chamada pela intensa atividade metalúrgica, nos arredores do Rio de Janeiro:

“Cheguei, deparei-me com uma casa modesta, também rasteira. Bati à porta, atendeu-me uma mulher negra:

— O senhor Bispo não está, mas chega pouquinho.

Sentei-me no murete da estrada. Meia hora, uma hora, sob um sol escaldante. Voltei a bater. E a mesma senhora diz-me:

— O senhor Bispo chegou faz tempo, não o viu entrar?

— Não vi, não. Só notei a entrada de um Volkswagen azul, conduzido, pareceu-me, por um operário.

— Pois esse era o senhor Bispo. Entre, por favor.

Valdir Calheiros pediu-me desculpa pela hora que fiquei lá fora à espera, ofereceu-me café.

— Senhor Bispo, andei aqui na sua cidade e não encontrei a sua catedral, a Sé, como em todas as dioceses.

— Como não, padre português! Chegue aqui à janela. Vê acolá aquele edifício enorme, coberto de folhas de zinco?

— Sim, vejo, passei por lá, é uma fábrica de metalurgia.



— Não, padre português, é uma das minhas catedrais. E aquela lá baixo, a outra mais além, são também minhas catedrais.” (Varela, 2024, p. 114).

Martins percebeu a lição como “estando diante de um autêntico apóstolo de Jesus, o *Nazareno*.” Ainda nas palavras de Laborinho Lúcio: “Neste caso, quando religião e ideologia se veem frente-a-frente, para um encontro ou para um confronto, o Padre Martins, sem negar quer uma, quer outra, escolheu o povo como o traço eventualmente mais comum entre ambas. Por isso, não negou a ideologia e apostou no encontro entre esta e a religião.” (Lúcio, 2025, p. 184). Ou, como recorda o especialista em teologia da libertação e filósofo marxista Michel Lowy, “para a Teologia da Libertação não existe nenhuma contradição entre essa exigência de democracia secular moderna e o envolvimento cristão no campo político. Existem dois níveis diferentes de abordagem ao relacionamento entre o religioso e o político: no nível institucional, a separação e a autonomia devem prevalecer; mas no nível ético/político é envolvimento que se toma o imperativo essencial.” (Lowy, 2016, p. 110).

Educar para a Democracia e a Autoemancipação

Era o dia 28 de Abril de 1974. O Padre Martins estava no alpendre da igreja, quando vê vir na sua direção um homem, um velho estivador, já reformado.

“— Parece que ainda estou a vê-lo entrando no adro, com um molho de erva aos ombros para o gado. De repente, abre para mim os braços, sorri, atira para o chão o molho de erva, numa mão o chapéu velho, na outra a foice. «Ó Sr. Padre Vigário, já se pode tomar um fôlego!»” (Varela, 2024, p. 119).

Abraçaram-se.

Nos dias da Revolução, entre outros, na Missa José Martins Júnior citava o profeta Amós:

«O privilégio vai acabar. Ai dos que vivem tranquilos em Sião e se sentem seguros no monte de Samaria. Julgais afastar o dia da desgraça, mas aproximais o poder da violência. Deitam-se em camas de marfim; estendem-se em sofás, comendo os melhores cordeiros do rebanho e novilhos cevados em estábulos; cantarolam ao som da lira inventando, como David, instrumentos musicais; bebem canecas de vinho, usam os mais caros perfumes, sem se importarem com a ruína do seu povo, o povo de José! Por isso irão acorrentados à frente dos exilados. Acabou-se o festim dos ociosos.» (Varela, 2024, p. 119).

A ditadura colapsou ao fim de quarenta e oito anos como um castelo de cartas. Os movimentos de libertação, apoiados nos trabalhadores forçados, desde 1961, os mesmos macondes que um dia Martins batizou — e que escondiam os guerrilheiros nas tabancas das aldeias —, impuseram uma derrota militar ao último império colonial da história. Tudo o que é sólido desfaz-se no ar. Oficiais do exército reunidos no MFA — liderados por Otelo Saraiva de Carvalho — derrubaram o regime em vinte e quatro horas.

Otelo foi protagonista, no plano militar, do golpe que deu início, inesperado, à maior revolução europeia do pós-guerra, o biénio de 1974-75. Em fuga, as duas figuras que estavam à frente do Estado, Marcelo Caetano e Américo Tomás — já Salazar tinha morrido, caído de uma cadeira com um AVC, — vão para o Funchal, onde os espera uma grande manifestação popular com sotaque amendoado do arquipélago: *Nan sumos caixote de leixo*. Fugiram então, sobretudo, para Copacabana, onde a ditadura militar brasileira os acolheu.

José Martins Júnior era um dirigente formado na capacidade organizativa da Igreja — tinha vontade de estudar e aprender, treinou a memória, aprendeu a falar em público, conheceu de perto as estratégias para organizar a vida toda, do ensino à cultura, conheceu a pedagogia, nos livros e na prática, era disciplinado, paciente e tinha controlo sobre a própria conduta. Mas, ao contrário da Igreja, juntou a tudo isso — trazidos do berço e do acaso, e dos ventos da teologia da libertação, mais inconscientes do que conscientes — o pensamento crítico, a defesa dos trabalhadores, dos que viviam do trabalho. Pela revolução e a proximidade com a esquerda revolucionária, sobretudo a UDP (União Democrática Popular) à qual esteve ligado como independente, juntou-lhe um

programa socialista de acabar com a *exploração do homem pelo homem*. Sabendo que era no plano político que tudo iria decidir-se, o entusiasmo com a espontaneidade das massas não podia descurar a planificação política.

Logo em maio de 1974, é criado, por ideia de Martins, o Centro de Informação Popular de Machico (Bernardo Martins 2024; Bernardo Martins 2027), carinhosamente conhecido como Centro Popular. Para o Centro, era eleito um representante em cada sítio (bairro), em cada vila (conjunto de bairros), e em cada setor de trabalho (caseiros, fábrica de bordados, construção civil, pesca, conservas, escola). Realizavam-se reuniões coletivas em que todos podiam tomar a palavra, e eram exortados a isso. Depois eram inventariadas, nas reuniões, as necessidades, propostas e ideias que os eleitos executavam. Estes tinham de ter mais de 18 anos, podiam ser nacionais ou estrangeiros e exerciam gratuitamente o seu mandato por um ano.

Pagavam a sua quota mensal, 10\$00, e tinham de ser «antifascistas» e «defender os interesses das classes trabalhadoras». Em maiúsculas, lia-se por Machico: a democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo.

Esta reinvenção do poder democrático teve, a princípio, um carácter puramente espontâneo, como em todas as revoluções, é a ocupação do vazio político. Mas que é rapidamente preenchido.

Martins tinha lido também Antero de Quental, que escrevera sobre o municipalismo, a democracia dos mesterais da Idade Média, quando eram eleitos como representantes da cidade os membros por cada profissão. Antero tinha sido o fundador em Portugal da Associação Internacional dos Trabalhadores, criada em 1864 por Marx e Engels em Londres, e milhares de operários de toda a Europa e dos EUA, onde belgas podiam representar ingleses e polacos ser a voz de suíços, faziam fundos de greve internacionais. Era o partido internacional dos trabalhadores, A Internacional, sem amos nem messias (Lázaro, 2024).

Como o Centro precisava de uma casa comum, uma ágora, ocuparam nos dias seguintes ao golpe de Estado a decrépita sede da Ação Católica, no centro de Machico, com autorização do próprio pároco Padre Andrade, padrinho de Martins. Alegaram que *um imóvel abandonado é um roubo ao povo*.

E promoveram-se reuniões, comícios, protestos, organizou-se a biblioteca e o arquivo — para serem donos da própria história — e um grupo coral. E, claro, um jornal, a voz pública, para formar e informar.

Abriram-se as portas a reuniões públicas. Sempre com debate político e festa, com música tocada pelos próprios. Organizou-se o sarau do 1.º de Maio, o teatro era ensaiado pelos próprios, mas também por convidados de fora, como um «camponês que esteve na Revolta do Leite», ou um «estivador que esteve na Revolta da Farinha».

Os estatutos do Centro foram aprovados depois de algumas reuniões. Iriam «estudar, defender e promover, nos aspetos económico, político e social, os interesses da massa trabalhadora de Machico, operários, camponeses e pescadores».

Logo a seguir, nas primeiras semanas fizeram a partir do CIPM uma votação inédita. Casa a casa foram entregues e recolhidos milhares de boletins de voto, nos quais as pessoas — sem indicação prévia — escreveram os nomes que queriam ver à frente da Câmara. José Martins Júnior, o filho da empregada, foi o mais votado.

Organizou-se então, a partir dos onze nomes mais votados, um novo escrutínio com os cinco primeiros eleitos. E entregou-se de novo, pelos socos verdes, caminhando pela manta de retalhos do vale, o boletim de voto às pessoas, que o devolveram fechado. Mais de 90% participaram.

Martins, sacerdote, voltou a ser o mais votado entre os cinco, onde estava um estudante, um advogado, um motorista e um professor.

O brigadeiro Carlos Azeredo — alinhado com o bispo conservador Santana, homem do regime fascista e com Alberto João Jardim — o comandante militar reacionário, próximo de Spínola, que enviaram para a Madeira depois do 25 de Abril de 1974 como representante do Estado, e cuja função era tentar impedir um poder paralelo a esse Estado, fará do Centro a sua batalha e de José Martins um inimigo a perseguir — ase (?) apesar de Martins ter sido o escolhido, nomeou um advogado, o segundo mais votado, Teixeira de nome.

O Centro era de facto o centro do poder, e popular (Bernardo Martins, 2017). E a Igreja o húmus da revolução. Elegeu-se uma comissão de paróquia também, todos os assuntos da igreja eram debatidos democraticamente. Denominava-se CEFISA-RS, Comissão Executiva e Financeira da Igreja da Senhora do Amparo-Ribeira Seca.

A primeira reunião para debelar o regime da colónia foi feita no salão paroquial da igreja da Ribeira Seca, com a competente colaboração do Eng.^o Duarte Caldeira, então em funções no Instituto Geográfico e Cadastral da Madeira. Precedida de plenários em todos os Sítios, milhares de caseiros, grande parte analfabetos, discutiam e debatiam o trabalho real e a terra, num movimento que se estendeu a toda a ilha da Madeira.

Na porta da igreja, logo em maio de 1974, era anunciado um plenário de caseiros. Cada sítio tinha um núcleo de caseiros. Publicaram a sua voz, *O Caseiro*, dirigido por duas jovens, Maria da Conceição Marques Gomes e Maria Alice Franco dos Santos, filhas de lavradores da Ribeira Seca. Só o Centro atendeu mais de dois mil e quinhentos caseiros. Criaram a União de Caseiros da Ilha da Madeira, que tomava decisões e avisava os caseiros.

“— Quando forem levar a cana ao engenho do Hinton ou do Ribeiro Seco, o engenho do mel no Funchal, obriguem a passar o recibo da cana em nome do caseiro e não do senhorio, *a lei é esta — quem trabalhou comeu, quem não trabalhou não comeu*. A lei é do apóstolo Paulo”. (Varela, 2024, p. 126).

O engenho do Hinton, que em breve seria cercado pelos trabalhadores, tinha sido fundado por Wallas Robert, avô de Henry Hinton, que o transformou em engenho de açúcar.

Uma enorme reunião na Cooperativa de caseiros, para onde voou, do continente, o secretário de Estado da Agricultura, exigia em lei o que já tinham conquistado na prática — o fim da colónia. Tempos depois, um grande comício que foi festa e foi plenário, no cabo Girão juntou lá em cima, nos campos de erva e flores, centenas de caseiros, vestidos com trajes rurais, transportados em camionetas agrícolas de caixa aberta. O Padre Martins rezou a missa na festa — mesmo com chuva miudinha ninguém arredou pé — e tocou acordeão acompanhado por homens e mulheres que queriam *trabalhar a terra*.

O governo decretou que a colónia passava a arrendamento rural. Mas os caseiros não aceitaram. E fizeram contas públicas a quanto pagaram ao senhorio em “papadas e galinhas” e esse valor foi descontado na compra ou no arrendamento do terreno. Como tinham sido séculos de papadas, quase todos ficaram com as terras, alguns sem ter de pagar nada e a maior parte após remição do terreno firmado em processo judicial.

Alberto João Jardim dirá que foi ele que acabou com o regime de colónia porque assinou o decreto de 1977², mas os caseiros já tinham terminada com esta *de facto* em 1974. Os caseiros não serão só atores da própria história, também a escreverão. A Júlia escreveu a epopeia dos caseiros em peça de teatro em verso, tipo opereta ou despique regional, com as personagens «o senhor», «o caseiro», «o polícia» e «a caseira». *O terreno será daqueles que trabalham a terra, não é para os senhorios, que não trabalham nela*.

Pouco depois, abriu portas na baía de Machico, pela primeira vez, um jardim de infância. Pais, educadores e jovens apoiados pelo Centro ocuparam o Forte de São João Baptista, no lado nascente da baía. Porque as crianças não devem andar *nos barcos abandonados nos calhaus, nas estradas, nas tabernas, a vaguear desamparadas, o forte passa para os filhos do povo*. O Forte estava vazio o ano inteiro, só ali iam duas vezes por ano, em colónia de férias, duas turmas da escola das freiras de Santa Clara, no Funchal. Era agora infantário popular de cento e cinquenta crianças, autogerido pelas educadoras e pelos pais. Mais tarde também os habitantes da Ribeira Seca conseguirão, com manifestações e lutas, orçamento para a construção de uma escola nova.

“— O povo ia à minha frente, eu é que ia atrás. Até tinha por vezes de travar a marcha veloz — recorda Martins, rindo com gáudio.” (Varela, 2024, p. 127).

² “Alberto João Jardim, 37 anos de poder” In RTP, <https://www.rtp.pt/programa/tv/p34109/e4> acesso em 3 de março de 2026.

Perante a insistência do Carlos Azeredo, que acusava a Ribeira Seca de balbúrdia, um panfleto explicava a democracia popular:

“Vamos dar um exemplo prático para se perceber o que é o poder popular: Um caseiro vive em cima de terreno de senhorio há mais de 20 ou 40 anos. A família aumentou, o caseiro precisa de fazer mais um quartinho para separar os filhos das filhas e o senhorio não deixa. Põe o caseiro em tribunal e coitado do pobre sai condenado e multado. Aham que a isto se pode chamar poder popular? Não. Isso é o poder fascista, a lei desonesta feita para servir os ladrões. Então, como é que seria o poder popular?... Seria o caseiro fazer o seu quartinho e obrigar a lei a deixar todos os caseiros fazerem o mesmo. Isto é o que se chama o poder popular, o poder justo, a lei verdadeira. É claro que se os caseiros fizerem assim, ficam logo a ser odiados pelos senhorios. Quem compreendeu o caso do senhorio e do caseiro vai perceber o que se passou em Machico.” (Varela, 2024, p. 128).

Entretanto, no Centro, todo o quotidiano ganhava lugar. Nas fichas de atendimento havia um rol de necessidades a resolver agora, porque *não temos tempo a perder*: espaço exíguo da habitação para famílias numerosas; falta de luz, água potável e quarto de banho; reparações na casa; pagamento da renda; desentendimentos entre familiares; o subsídio de funeral; necessidade de médico; auxílio financeiro para portadores de deficiência física e mental; despedimentos sem justa causa; saneamento de trabalhadores pelos próprios colegas; acidentes profissionais; assédio sexual feminino; não pagamento de férias; solicitação de apoio ao retorno de Angola por parte de naturais de Machico; não devolução de livros à Biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian; maus-tratos à mulher e aos filhos; alcoolismo no seio familiar; não sustento dos filhos; agressões e ameaças de morte.

Ao «a minha política é o trabalho» de Salazar, seguiu-se o «todo o trabalho é política» da Revolução dos Cravos. Quando acontece o 25 de Abril de 1974 (Barbosa, Varela, 2017), Martins participa das atividades do 1º de Maio³; da organização dos pescadores do Caniçal e Machico; dos operários das fábricas e da construção civil; dos camponeses-caseiros ajudando na criação da Associação dos Caseiros da Ilha da Madeira e na publicação do periódico “O Caseiro”, fundamentais na luta contra a colónia. Ajuda a organizar a luta dos produtores de cana-de-açúcar, que levou à ocupação dos engenhos de Machico e do Hilton, no Funchal; promoveu, como vimos, a criação da Cooperativa de Consumo Povo Unido e a organização das mulheres bordadeiras.

Em 1975, atendendo ao resultado dos escrutínios populares realizados pelo Centro de Informação Popular de Machico, Martins Jr. assume a Presidência da Câmara Municipal e realiza uma gestão com base em comissões para melhoramentos locais, democracia popular, cujo princípio era responsabilizar os eleitos. As eleições livres em regime de delegação irrevogável de poder (a democracia representativa) são típicas do regime eleitoral democrático-burguês. Por elas, a população trabalhadora perde o exercício do poder de decisão, uma vez ele delegado nos deputados eleitos. Enquanto a “democracia operária” (poder popular), que aparece numa situação revolucionária, se caracteriza por o “povo”, sobretudo a população trabalhadora, não se limitar a participar, mas a decidir e executar, responsabilizar-se: mantendo em mãos, a todo o momento, o poder sobre os seus delegados e também sobre a execução das suas decisões, formando para o efeito comités, piquetes, milícias, etc⁴. Este modelo garantia a vontade da população em relação à administração pública.

Quando, em outubro de 1975, num dos acontecimentos de maior repercussão na Ilha durante o PREC, dá-se a ocupação das instalações da Emissora Nacional (EN) por um grupo de militares retornados e independentistas ligados à FLAMA — organização separatista bombista de extrema-direita — que exige a sua expulsão da Ilha, Martins Júnior recusa-se a sair.

Em 1976 Martins é eleito deputado na Assembleia Legislativa Regional como independente, nas listas da União Democrática Popular-UDP, lugar que declinou três meses depois para cedê-lo a um operário da construção civil do Caniçal, como havia prometido na campanha eleitoral.

³ Jornal da Madeira 08/05/74.

⁴ Agradeço a Adriano Zilhão o debate e contributo para a definição de democracia operária.

No período revolucionário, envolve-se em polémicas contra o Bispo do Funchal, D. Francisco Santana. Francisco Antunes Santana, da *Stella Maris*, foi o escolhido pela Igreja para a contrarrevolução. Chegara em maio de 1974 com pompa e circunstância ao aeroporto, filmado pela RTP, recebido por Azeredo.

No início dos anos 1970, um abaixo-assinado subscrito por cerca de vinte sacerdotes, aquando da vacatura da diocese, exigia ao núncio apostólico em Portugal e ao cardeal-patriarca de Lisboa a nomeação de um bispo que reunisse as qualidades de «pastor, irmão e guia» do clero e da Igreja da Madeira. A prática religiosa tradicional, profundamente arraigada no clero e nas populações, viu surgir uma nova onda de desalinhamento. Entre eles os Padres do Pombal, assim chamados por viverem em comunidade na Rua do Pombal, onde Martins teve algum contacto com a teologia da libertação. Os problemas da religião deixaram de estar confinados à igreja ou à sacristia e vieram ao de cima as carências, autênticas chagas sociais, até então escondidas sob a epiderme da hipocrisia revestida de poder político e devocionismo religioso.

Muitos correligionários de Martins, alguns do grupo dos Padres do Pombal, abandonaram o sacerdócio — eram professores do ensino liceal e viviam em comunidade. Após a explosão de uma bomba na sua residência, foram viver para Lisboa. Martins escolheu ficar.

Dos muitos clérigos então contactados pela Nunciatura para o referido cargo, nenhum aceitou, tendo em conta o abaixo-assinado acrescido do momento quente que se vivia, o 25 de Abril na Madeira. Só Francisco Santana se ofereceu para a grande cruzada contra os promotores de Abril na Madeira.

Logo que chegou, Santana expulsou da direção do *Jornal da Madeira* o padre Dr. Abel Augusto da Silva, talentoso professor de Humanidades, e pôs no seu lugar Alberto João Jardim, um jovem colaboracionista da *Voz da Madeira*, órgão da União Nacional, o partido único de Salazar então dirigido pelo tio, o Dr. Agostinho Cardoso, o homem mais influente na política e na Igreja da Madeira. Estava lançada a contrarrevolução na ilha.

E, em 1977 mais uma vez entra em embate com o Bispo do Funchal e é suspenso “a divinis”, sem nenhum processo canónico formado, o que será levantado em 2019⁵, também sem nenhuma autocritica da Igreja. No ano de 1985 a Igreja da Ribeira Seca chega a ser ocupada pela polícia, mas a população novamente resiste.

Em 1989 torna-se Presidente da Câmara Municipal de Machico, sendo reeleito, desta vez como independente pelo PS. Em 1997 é eleito novamente deputado à Assembleia Legislativa Regional como independente, nas listas do Partido Socialista-PS. Mantém-se como Deputado até 2007.

Notas Conclusivas

O modo como o Padre José Martins Júnior, clérigo fiel aos Evangelhos em que acredita, enfrentou a Igreja Católica é exemplar. Não porque outros párocos não tenham enfrentado, e com coragem, a instituição Igreja. Mas porque ele o fez numa cidade «sem muros e sem ameias»: Machico.

A partir da Ribeira Seca não se construiu uma comunidade fechada, mas uma utopia concreta, de carácter universal — camponeses, operários, pescadores e bordadeiras, muitos deles analfabetos, saíram da Ribeira Seca e conquistaram a *Polis* — enfrentando proprietários ingleses, senhores do vinho, bancos, hotéis, o Governo Regional, a polícia e, claro, o Bispo.

Derrotado o anarco-sindicalismo pelo Estado Novo, não houve, em Portugal, jacobinismo político ou filosofia radical que ousasse enfrentar o que de mais obscuro e dogmático o país tinha (Varela, Santa, 2023). Portugal estava longe da revolução francesa e da filosofia alemã. Aqui houve um regicídio. A Igreja foi abalada. Mas o *poder do sagrado* — isto é, a *hierarquia* social, política, económica e social — permanecia inviolada.

Ali, algures, no meio do Atlântico, o Padre Martins encarou diretamente o decrépito Império Português e o próprio Império Grão-Britânico (suas empresas). Tudo isto foi feito com uma compreensão do ser humano total, integral. Ali, não se falou só de rendimentos e decisões coletivas sobre a cidade, a habitação, a água, a

⁵ <https://www.diocesedofunchal.com/l/decreto-de/> acesso a 1 de março de 2025



eletricidade. Falou-se de acesso ao teatro. Mas não se falou só de acesso ao teatro. Falou-se do direito de todos saberem e fazerem teatro. Do fim da separação entre produtor e consumidor. Onde antes imagens sacras se dependuravam na igreja puseram-se instrumentos musicais; todos tocaram na Tuna, encenaram peças, dançaram, redigiram poemas, escreveram a sua história. Em verso e prosa, cantaram a *apanha do linho* e musicaram a luta por uma nova escola. Como nos lembrou Raymond Williams, a cultura é de todos!⁶

Aqui, sob educação política e cidadania a partir da centralidade do trabalho, os camponeses não se conservaram atavicamente ou reféns da «idiotia rural», somente por serem (pequenos) proprietários. Sob a direção do Padre Martins o pensamento livre forjou associações e jornais, escritos pelos camponeses, o jornal do Centro (onde estavam bordadeiras, operários da construção civil, pescadores, alunos, pais e mestres) e o dos caseiros. Ideias e projetos disputaram-se na esfera pública, de certa forma Machico passou da Idade Média ao século XX em dois anos de revolução. Surgiu não só uma nova gramática e uma nova retórica, mas também toda uma nova dialética. Não havia palavras proibidas — inventaram-se novas formas e novos sentidos. Como quando uma beata, na igreja, disse ao Padre Luís, que vinha a mando do Bispo retirar a paróquia a Martins, «não saio daqui, esta é a minha casa». Ou uma camponesa se disse ofendida por lhe chamarem comunista, mas que «se o comunismo é ter pena daquele irmão que é explorado como eu, então venha ele».

Martins trabalhou pedagogicamente categorias centrais como a de reconhecimento. Pedro reconhece-se em Paulo e Paulo reconhece-se em Pedro, os dois apóstolos. A ideia central era a de que se não existimos, o isolamento quebra-nos. No princípio não é o verbo, é a relação, como afirmou António Coimbra de Matos, psicanalista, admirado por Martins. A grande tragédia do capitalismo é — ambos consideravam — que transforma os seres humanos em mercadorias isoladas, força de trabalho ou empresários, todos contra todos pelo seu espaço no mercado. Desumanizando-os assim, suprimindo a individualidade e a liberdade («Falem uns com os outros») era nisto que Martins insistia.

Referências

- AAVV. (2012). *Olhares múltiplos sobre um homem de causas*.
- AAVV. (2012). *Olhares múltiplos sobre um homem de causas: 50.º aniversário sacerdotal* (1st ed.). Centro Cívico Cultural e Social da Ribeira Seca.
- Alencar, M. (2017). Gramsci e a perspectiva nacional-popular no âmbito da cultura. *O Social em Questão*, 20(39), 185–210.
- Álvares de Nóbrega, F. (2024). *Camões pequeno* (D. Pires, Ed.). Edições Esgotadas.
- Baptista de Gouveia, J. (2021). Robert Kalley: O homem e o seu legado transatlântico. *Ad Aeternum—Revista de Teologia*, (1), 172–186.
- Barbosa Pereira, L., & Varela, R. (2017a). *História do povo da Madeira na Revolução dos Cravos*. Parsifal.
- Barbosa Pereira, L., & Varela, R. (2017b). Verbete Padre Martins. In *Personalidades de Machico: 2.ª metade do século XX*. CMM.
- Bernardes, L. (s.d.). Breve viagem pelo teatro na Madeira.
- Calçada Martins, L. B. (2017). *O 25 de Abril em Machico: Centro de informação popular, 1974–1975*. CMM.
- Calçada Martins, L. B. (2024). *O 25 de Abril na Madeira*. Imprensa Académica.
- Céu e Silva, J. (2022). Entrevista a Borges Coelho sobre a Inquisição. *Diário de Notícias*.

⁶ Raymond Williams, Culture is Ordinary, 1958, https://www.people.iup.edu/sherwood/Courses/ENGL480S06/Documents/Williams_Culture_Is_Ordinary.pdf acesso a 2 de Fevereiro de 2026.



- Correia, L. (2022). A família Blandy na Madeira: Investimentos e estratégias empresariais no século XIX (uma visão panorâmica). *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série*, (4), 183–241.
- Francisco, P. (Coord.). (1965). *Do integrismo ao nacional-catolicismo: Os católicos e as direitas*. Afrontamento.
- Freitas Branco, J. (2019). *Camponeses da Madeira* (2nd ed.). Empresa Gráfica.
- Gramsci, A. (n.d.). Todos os homens são filósofos. *Revista Espaço Académico*. Retrieved January 1, 2026, from <https://www.marxists.org/portugues/gramsci/ano/mes/filosofo.htm>
- Lázaro, J. (2024). *Na teia da aranha*. Afrontamento.
- Lopes Melo, F. (n.d.). 1931: O ano de todas as revoltas. *Estudos*. Secretaria-Geral do Ministério das Finanças.
- Löwy, M. (2016). *O que é o cristianismo de libertação*. Expressão Popular.
- Lúcio, Á. L. (2025). Leituras críticas—Varela, R. (2024). *O canto do melro: A vida do Padre José Martins Júnior. e-Letras com Vida: Revista de Estudos Globais—Humanidades, Ciências e Artes*, 14(14), 181–189.
- Marques da Silva, A. (2013). *Linguagem popular da Madeira*. Cadernos Madeirenses.
- Marques da Silva, A. (2016). *Apontamento de etnografia madeirense*. Cadernos Madeirenses.
- Martins, L., & della Santa, R. (2015). Era Jesus um revolucionário? Apresentação e texto de Terry Eagleton. *Esquerda Online*.
- Oliveira, P. de. (s.d.). A comunicação social madeirense e a autonomia da região.
- Paixão, A. (2018). Raymond Williams e a educação democrática. *Educação & Sociedade*, 39(145), 1004–1022.
- Sardinha, V. (2008). Um olhar sobre as práticas musicais madeirenses do século XX. In AAVV, *A Madeira na história*. Âncora.
- Varela, R. (2024). *O canto do melro: A vida do Padre José Martins Júnior*. Bertrand.
- Varela, R., & della Santa, R. (2023). *Breve história de Portugal*. Bertrand.
- Williams, R. (1958). Culture is ordinary. Retrieved February 2, 2026, from https://www.people.iup.edu/sherwood/Courses/ENGL480S06/Documents/Williams_Culture_Is_Ordinary.pdf

Declaração Ética

Conflito de Interesse: Nada a declarar. **Financiamento:** Nada a Declarar. **Revisão por Pares:** Dupla-cega.



Todo o conteúdo da **NAUS — Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais** é licenciado sob [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.